



ARTIGO ARTICLE

Persistências no necrotempo pandêmico: Favelas, marronagem e o dia seguinte

Persitências en el necro-tiempo pandémico: Favelas, cimarronaje y el día siguiente

Persistences in the Pandemic Necrotime: Favelas, Marronism and the Day After

■ Fátima Lima

e-mail: fatimalima4@gmail.com

Palavras-chave: Covid-19; bio-necropolítica; favelas; marronagem

Palabras-clave: Covid-19; bionecropolítica; favelas; cimarronaje

Keywords: Covid-19; bionecropolitics; favelas; marronism

Resumo

O artigo discute as persistências em condição de favela, onde a exposição às vulnerabilidades intensificou-se em tempos pandêmicos. Por persistências, designam-se os discursos e práticas em contextos atravessados por eixos de opressão como raça, classe, gênero, sexualidade, geração e, principalmente, origem e território, interseccionalizados e atravessados por uma bio-necropolítica. Toma-se como espaço analítico o boletim *De olho no corona!*, desenvolvido pela Redes da Maré. A memória assume, nessa perspectiva, um lugar central, em que passado-presente-futuro se encruzilham, conjurando as formas de poder coloniais. A noção de necrotopo, como trabalhada por Borba, Fabrício e Lima (no prelo), é fundamental, na medida em que, ao suspender o tempo linear, torna possível não apenas ver a continuidade da violência racial, mas as lutas viscerais presentes nesses territórios.

Abstract

This paper aims to discuss the persistences in favela condition, where the exposure to vulnerabilities has intensified in pandemic times. By persistences, we mean the discourses and practices in contexts traversed by axes of oppressions such as race, class, gender, sexuality, generation, and, above all, origins and territory. Such persistences intersect and are shaped by bio-necropolitics. The bulletin De olho no corona! (Keeping an Eye on Corona!) developed by Redes da Maré is taken as an analytical space. Memory assumes, in this perspective, a fundamental role, in which past-present-future intersect, conjuring up colonial forms of power. The notion of necrotope, as proposed by Borba, Fabrício e Lima (forthcoming), is central in that, by suspending linear time, it makes possible not only to see the continuities of racial violence, but also the visceral struggles present in these territories.

Introdução

Kânda mukûtu

“Antes, a comunidade”

A sentença proverbial *Kânda mikûtu* ou *Kânda mutu* (“antes, a comunidade”), dos povos bantu-kongo (SANTANA, 2018, p. 14), abre a sessão introdutória deste artigo. Tal movimento traduz a força de abertura, que convida muito mais a olhar para as comunidades e/ou favelas e suas agências do que se enveredar por análises e explicações da pandemia de Covid-19, suas consequências e prognósticos em escala global. O caminho aqui segue outra aposta: olhar para as dimensões recônditas das comunidades e suas possibilidades de refúgios e, então, estabelecer conexões planetárias a partir das polifonias e pluralidades situadas.

Sem dúvida alguma, é impossível entender e discutir a pandemia sem usar a lente epistêmico-metodológica de raça e gênero ou, como nos coloca Grada Kilomba (2013), um racismo genderizado que tem colocado os corpos e as subjetividades das mulheres negras e racializadas subalternamente em lugares marcados por extremas vulnerações. Desse modo, a proposta central deste trabalho é discutir a pandemia a partir dos lugares dessas mulheres, suas/seus companheiras/os, filhas/os, agregadas/os, amigas/os. A escrita aqui convocada é feminina e negra. Olho para o fenômeno da pandemia considerando-o indissociável dos marcadores sociais e dinâmicos da diferença, principalmente raça, gênero, território (lugar), interseccionalizados com outros eixos de opressão.

É impossível não destacar alguns acontecimentos que assinalam essa ressalva. O primeiro, já citado em diferentes trabalhos sobre a relação entre raça, gênero e Covid-19, refere-se ao anúncio público, em 19 de março de 2020, do primeiro óbito decorrente da infecção pelo Sars-CoV-2, no estado do Rio de Janeiro: uma mulher de 63 anos, empregada doméstica, moradora do município de Miguel Pereira. Posteriormente, descobrimos tratar-se de Cleonice Gonçalves, que se contaminou na Zona Sul do Rio de Janeiro, na casa dos patrões recém-chegados de uma viagem à Europa,. Alguns meses depois, foi possível ver a fotografia de Cleonice. Era uma mulher negra. Outro acontecimento que merece destaque foi a dificuldade em chamar a atenção para a necessidade do registro da variável raça/cor na ficha de notificação de Covid-19, mostrando o racismo denegado e omissivo presente em nossas relações sociorraciais.

Então, toda vez que termos como população negra, negras/os e grupos subalternizados/as forem usados neste texto, eles se referem às populações pretas e pardas colocadas sob a denominação de negras; mas, mais do que isso, referem-se às populações que, além do não privilégio da branquitude como elemento hegemônico de poder racializado, não possuem o privilégio de classe, origem, territórios e, muitas vezes, não têm o privilégio da cisheteronormatividade.

Nesse movimento, os espaços de periferias, baixadas e favelas assumem um lugar singular, na medida em que apontam possibilidades de intensificação das vulnerabilidades historicamente produzidas, acentuando processos de luto ou de não luto, mas constituindo

também espaços de luta, teimosias e persistências a uma bio-necropolítica genderizada (LIMA, 2018, 2021). Por bio-necropolítica tomam-se os acoplamentos entre a biopolítica e a necropolítica como um lugar que nos possibilita, acima de tudo, outros olhares sobre as relações de poder, principalmente o poder sobre a vida (as/os viventes) ou, melhor colocando, sobre a morte (as/os matáveis). Vida e morte passam a ser a tônica das reflexões presentes em contextos neoliberais, em que a produção de homens-mercadorias, homens-moedas e homens-coisa tem crescido em escala planetária (MBEMBE, 2018, 2020).

Mais do que uma redefinição do olhar, considerar a bio-necropolítica nos convoca a construir posições políticas e éticas com os mundos e com nós mesmas/os, na medida em que tomá-la como lente analítica permite ver e dizer as resistências viscerais presentes nos dispositivos de morte, naquilo que Achille Mbembe (2019) chama de “lutas da visceralidade”. A isso, neste artigo, designo *persistências*: a persistência ao tempo das/os assassinas/os. “Falar da persistência ao tempo dos assassinos é falar de mulheres e homens que, sob a égide da subalternização — esse necrotempo — que os condena, a priori, à inexistência, têm persistido na construção de si próprias(os) e de um mundo possível para si e para todas(os) marcadas(os) pela força da colonialidade e da bionecropolítica” (LIMA e GAMBETTA, 2020, p. 105).

Outro conceito intercessor que se soma a essas discussões é *necrotopo*, tal como trabalhado em Borba, Fabrício e Lima (no prelo). Ao mesmo tempo que ele se refere a uma unidade espaço-temporal marcada pela morte, abre possibilidades de colocar o tempo/ espaço em suspensão e ver as resistências viscerais nas fissuras do poder colonial.

As experiências das populações negras e racializadas permitem repensar as relações espaço-temporais. Em vez de uma sequência de acontecimentos (ou seja, um resultado de um fluxo linear da modernidade branca), o espaço público e sua dimensão racial entrelaçam passado-presente-futuro de maneiras quase indiscerníveis (BORBA, FABRÍCIO e LIMA, no prelo, tradução nossa).¹

Interessam, então, os processos de encontros, agenciamentos e redes de solidariedade que se dão no âmbito de comunidades marcadas pelo em-comum das violências e vulnerabilidades. Entende-se que esse é um processo historicamente construído, não homogêneo, com tensões, mas ancorado na solidariedade, nas redes de ajuda, na partilha e atos de sobre-vivência como tecnologias afrodiáspóricas de vida (BUTLER e DOMINGUES, 2020).

Nessa movida, corpo/memória assume um lugar privilegiado. Não a memória sequencial e histórica apresentada pela relação passado-presente-futuro, mas uma memória que se inscreve nos corpos como lugar de saberes, portanto, de epistemologias. “O que no corpo e na voz se repete é também uma episteme” (MARTINS, 2021, p. 23). Uma memória atemporal, ancestral e imanente que apresenta a possibilidade de emergir em

¹ Traduzido do original: “Black and racialized populations’ experiences allow for a rethinking of timespace relations. Rather than a sequence of happenings (i.e., an outcome of the linear flow of white modernity), the public space and its racial dimension enmesh past-present-future in almost indiscernible ways”.

cada corpo negra/o, periférica/o e favelada/o por meio de tecnologias ancestrais de manutenção e perpetuação da vida.

Assim, transpassa-se a separação entre uma dimensão histórica, individual e social da memória e essa se abre para possibilidades. Em vez de ser recuperada ou resgatada, pode “ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos (...). A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza” (GONDAR, 2008, p. 5). Aqui, evoco também as produções da escritora Conceição Evaristo, cujo conjunto da obra faz ver e dizer um processo de recolher vestígios afrodiáspóricos que acabam por dar vida a diferentes personagens. Mas é da própria ficcionalização de sua vida que temos em Conceição Evaristo uma das definições da memória como corpo-memória-episteme:

Talvez o primeiro sinal gráfico que me foi apresentado como escrita, tenha vindo de um gesto antigo de minha mãe. Ancestral, quem sabe? Pois de quem ela teria herdado aquele ensinamento, a não ser dos seus os mais antigos ainda? Ainda me lembro, o lápis era um graveto, quase sempre em forma de uma forquilha, e o papel era a terra lamacenta, rente as suas pernas abertas. Mãe se abaixava [...] e de cócoras, com a parte do corpo quase alisando a umidade do chão, ela desenhava um grande sol, cheio de infinitas pernas. (...) Aquele gesto de movimento-grafia era uma simpatia para chamar o sol. Fazia-se a estrela no chão” (EVARISTO, 2020, p. 49).

É nesse sentido de memória que o artigo aposta. Uma memória corporificada e aterrada no chão das comunidades, uma memória na qual os corpos são depositários dinâmicos de tecnologias ancestrais de sobrevivência. Como a sabedoria ancestral da mãe da escritora ao desenhar o sol no chão lamacento para convocar o grande astro nos dias frios, quando a lavagem das roupas de ganho, atividade desenvolvida por sua mãe, ficava difícil, e possivelmente dificultava também a renda e a alimentação, assim como ela, corpos-subjetividades em favelas têm construído, retomado, reencenado e recriado formas tecnológicas e comunitárias de esticar a vida dentro do (im)possível. De outro modo, a situação de inúmeras comunidades e favelas seria mais desastrosa no que se refere ao enfrentamento da pandemia. Moradores se transformaram em gerentes de rua; escolas viraram centros de triagem e isolamento dos casos de Covid-19; costureiras confeccionaram máscaras de proteção, instituições da sociedade civil decidiram, junto à população, construir sistemas de notificação diante do cenário inicial e aterrorizante de subnotificação; equipamentos de cuidado em saúde e suas redes foram mapeados e socializados pelos becos e vielas das favelas; o velho carro de som também circulou pelas ruas, emitindo mensagens necessárias num processo de educação para saúde e para a vida; moradores colocaram seus corpos à disposição da esquematização das necessidades e distribuição de cestas básicas de alimentos e produtos de limpeza. As pessoas dividiram o que tinham: a cesta, o gás, o ombro, o choro pelas/os que se iam. Nesse conjunto de respostas ativas e acionais, compreende-se uma forma de vida negra capaz de ficar em pé e atravessar o espaço/tempo da violência racial interseccional porque algo insiste em dizer sim à vida.

Por fim, partindo desse contexto, debruçamo-nos sobre o Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. No âmbito de diferentes ações realizadas no lugar, este artigo prioriza o boletim *De olho no corona!*², produzido e divulgado pela organização da sociedade civil Redes da Maré³, que tem como prioridade garantir políticas públicas para as 16 favelas que compõem o Complexo da Maré, com um total de 140 mil moradores. Desde os momentos iniciais da pandemia, a Redes da Maré se mobilizou por meio da campanha “Maré diz NÃO ao coronavírus”, desenvolvendo inúmeros projetos e estratégias de enfrentamento da pandemia. Entre estes dispositivos, encontra-se o boletim mencionado. Até 22 de março de 2022, no site na organização, na aba publicação, constavam 44 boletins — de março/abril de 2020 (boletim nº 1) até 24 de janeiro de 2022 (boletim nº 44). Desse conjunto, foram escolhidos para análise neste texto aqueles que compreenderam o primeiro ano da pandemia (2020), somando 25 boletins, que foram lidos, analisados e interpretados a partir das categorias que o artigo toma como lente para refletir sobre a Covid-19 em territórios de luta e luto.

Tempos de Sars-CoV-2 pela lente bionecropolítica

O conceito de necropolítica, como anunciado e trabalhado por Mbembe (2018b), proporciona uma chave analítica fundamental para a compreensão dos fenômenos raciais históricos e atuais, entre estes a pandemia de Covid-19, doença causada pela infecção do vírus Sars-CoV-2 ou novo coronavírus. Salienta-se, inicialmente, as discussões que Mbembe apresenta sobre a soberania, deslocando-a e diluindo-a nas relações sociorraciais, por meio de muitas situações em que o poder de ditar quem pode e quem não pode viver, ou, melhor dizendo, quem pode morrer, encontra possibilidades de emergir e se efetivar a partir de diferentes situações e pessoas. O autor nos pergunta “Quem é o sujeito dessa lei?” (MBEMBE, 2018b, p. 6). Esse ponto é relevante para olharmos a pandemia da Covid-19 cuja proliferação assumiu escala planetária, em que povos, comunidades e nações, marcadas pela égide de um Sul global, experimentaram, com mais intensidades, as políticas de morte.

Outro aspecto que as análises de Mbembe trazem é a relação intrínseca entre a *plantation* (a partir de agora chamada de plantação, marcando um campo de estudo e reflexões) e a emergência e consolidação da necropolítica. Ou seja, a necropolítica emerge historicamente em lugares marcados pela invasão, pilhagem e escravização. Essa relação necropolítica-plantação é chave para a compreensão dos processos de violência na colonização e neocolonização, no pós-abolição, bem como nas formas atuais de repovoamento do mundo e nos urbanicídios contemporâneos. Por outro lado, mesmo a noção de necropolítica ampliando os limites metodológicos dos conceitos de disciplina, biopoder e biopolítica, trabalhados por Michel Foucault (2005, 2008a, 2008b, 2014), a presença dessas

² Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes#livros>

³ Ver: <https://www.redesdamare.org.br/>

linhas de poder encontram-se presentes em contextos brasileiros, amalgamando-se e constituindo o que Lima (2018) chamou de bio-necropolítica:

um acoplamento entre os diagramas de poder – soberania-disciplina-biopoder-biopolítica-necropolítica – se configurando numa bio-necropolítica que nos coloca frente aos desafios atuais para pensar a emergência e pulverização microcapilares das relações e mecanismos de poder, principalmente em contextos sociais advindos dos processos de colonização e onde os elementos de colonialidade ainda são fortes. Nestes contextos, a vida (a bios) não foi o lugar historicamente onde as redes de poder encontraram territórios privilegiados, mas a morte e a possibilidades do matável constituiu o organizador das relações sociais (LIMA, 2018, p. 22).

As favelas, comunidades e periferias, lugares tidos como inabitáveis, compõem a gramática necroterritorial, em que se combinam disciplina, biopolítica e necropolítica, lugares de exclusão e formas atuais de apartheid. O valor das vidas que habitam esses espaços, muitas vezes, está fora da economia. Assim sendo, o capitalismo, o neoliberalismo, e principalmente a democracia, não podem ser entendidos sem se levar em conta a subjugação racial. Entender as relações entre democracia, plantação e império é necessário para qualquer compreensão histórica da violência da ordem mundial e das expressões situadas atuais. “O regime da plantação, o regime da colônia, e o regime da democracia nunca se desgrudam” (MBEMBE, 2020, p. 42). Esse é outro aspecto destacado no aprofundamento de olhar a pandemia de Covid-19 a partir das favelas. É impossível, nesse sentido, não levar em consideração a dimensão de plantação reatualizada a partir de elementos como segregação, isolamento, hierarquização, exceção e extermínio. Como aceitar uma explicação universal para a covid-19? Como construir saídas sem levar em consideração a lógica de evisceração que atinge diferentes grupos e comunidades? Como falar em universalidade, equidade e integralidade no acesso à saúde, aos dispositivos de cuidado e, posteriormente, às vacinas, se a lógica da democratização só é possível por meio da sujeição racial? Essas são interpelações fundamentais se quisermos realmente entender a pandemia, seus desdobramentos e possibilidades de construção do dia seguinte. É impossível separar a bionecropolítica dos processos de genderização “maquinaria que chamamos aqui de bionecropolítica genderizada e que tem como foco as mulheres negras, indígenas e racializadas” (LIMA e GAMBETTA, 2020, p. 97), sendo as mulheres as que estiveram e estão na dianteira do enfrentamento da Covid-19.

Nesse ponto, o que parecia ser, num primeiro momento, uma pandemia que atingiria as pessoas sem distinção, quase equivalendo uma ideia de igualdade, com o passar dos dias, foi ficando mais evidente que as vulnerabilidades se distribuíam de forma desigual, na medida em que grande parte da humanidade já se encontrava marcada pela asfixia, pela “cessação prematura da respiração (...) uma respiração difícil e ofegante, uma vida penosa” (MBEMBE, 2021a, p. 126). Nesse movimento, o direito universal à respiração passa por um processo de reconhecimento do fim deste mundo (SILVA, 2019) e por um complexo

processo de reparação e restituição à respiração de milhares de povos subjugados. Isso exige uma grande tarefa, mas, talvez, o primeiro passo seja olhar para a pandemia de forma profunda, enfrentando seus fantasmas, revirando seus mortos e assumindo nossa responsabilidade política e ética diante do fim deste mundo.

A Covid-19 na perspectiva da Plantação

A doença causada pela infecção pelo novo coronavírus, pertencente à família do vírus Sars, descoberto em 2002, ganhou, neste tempo, um nome — Covid-19 —, uma popularidade — corona — e uma fotogenia que permiti, ao ampliá-lo milhares de vezes, fornecer a imagem de um planeta repleto de antenas vermelhas. “Com a atual tecnologia, a imagem do coronavírus veiculada pela mídia ganhou o estatuto de um “ser” palpável, dando-se a ver a olho nu” (SANT`ANNA, 2021, p. 61).

A possibilidade de morrer aparecia, num primeiro momento, extensível a todas/os, rompendo as fronteiras e ganhando rapidamente uma dimensão pandêmica. José Gil (2021) caracterizou esse movimento como o medo da morte, “que não é o medo, digamos, habitual de morrer, mas uma espécie de terror miudinho, subterrâneo e permanente que toma conta da vida” (GIL, 2021, p. 23). Entretanto, as complexidades na pandemia guardam diferentes elementos, muitas vezes negados, como, por exemplo, a redistribuição desigual das vulnerabilidades (MBEMBE, 2021a) diante das possibilidades de contaminação e de morte. Tomar a Covid-19 pela lupa da plantação é ver, sentir e ouvir que o terror subterrâneo, miudinho e permanente tem acompanhado cotidianamente a vida de subalternizadas/os. A plantação funciona, operativamente, como um limiar para pensar a violência racial histórica e atual “que não pode mais sustentar analiticamente essa violência” (MCKITTRICK, 2021, p. 7), em que:

as maneiras como a plantação revela uma lógica que emerge no presente e se dobra para se repetir de novo ao longo das vidas negras e os modos como a plantação é um conceito significativo que, pelo menos em parte, lança teorias pós-escravistas / contemporâneas da violência e do urbidício (MCKITTRICK, 2021, p. 12).

Dessa maneira, a pandemia se caracteriza por ser uma catástrofe sanitária, social, política, ambiental, e principalmente civilizacional. No que se refere à dimensão de civilização, analisar a pandemia requer levar em consideração a ideia de humanidade bem como as formas como o humano se desdobrou ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, numa relação com os outros “humanos”, com os seres vivos e com a própria terra. Tal tarefa só é possível se levarmos em consideração as formas assimétricas de povoamento e repovoamento do mundo, sustentado numa subjugação racial.

Essa forma, historicamente sustentada pelas antigas plantações marcadas pelas relações de violência entre senhores e escravizadas/os, moldando uma das formas mais eficazes de acumulação de riqueza — o que acabou por acelerar a integração do capitalismo mercantil e, posteriormente, industrial —, atravessou o espaço/tempo, assumindo

outras conotações nos sistemas exploratórios em que os racismos e, conseqüentemente, uma gramática racial, continuam alimentando os processos de subalternização, dominação e destruição de pessoas e comunidades.

Ligadas em sua origem aos regimes de escravização, a plantação é o elemento constituinte da necropolítica, configurando-se no lugar da experimentação e do terror moderno. No entanto, o termo tem recebido atualizações usadas ora para pensar as economias que prosperam em cima da pobreza das vidas negras em perspectivas globais e/ou pontuais na escravização e no pós-abolição, ora para refletir sobre como as diferentes insurreições, quilombismos e marronagens ocupam também o espaço da plantação. Tomá-la como uma complexidade analítica é fazer ver “o funcionamento entrelaçado da modernidade e da negritude, que culminam em geografias raciais desiguais e duradouras” (MCKITTRICK, 2021, p. 10), mas que permite também perceber as dimensões de visceralidades, as formas de organização e resistência ao poder colonial que “também pode abrir uma discussão sobre a vida negra no contexto das cidades e futuros globais contemporâneos” (p. 13).

Kilomba (2013) também confere à ideia de plantação uma ampliação de sentido quando incorpora, em seus trabalhos, a dimensão psicológica das práticas racistas. Para a autora, plantação e memória são duas palavras que, quando combinadas, evidenciam o racismo cotidiano não apenas na dimensão de reencenações de um passado colonial, mas como uma realidade presente e traumática.

No bojo das discussões sobre a plantação, situo as reflexões sobre a Covid-19 no sentido em que Dénètem Touam Bona (2020) traduz a relação plantação-Covid-19:

Por plantation entendo aqui os sistemas industriais de monocultura e de criação de animais que, por fragilizarem, empobrecendo-os ao extremo, os ambientes de vida, estimulam inevitavelmente a proliferação de agentes infecciosos tanto para as plantas (fungos, parasitas, etc..) quanto para os animais (gripe aviária, vaca louca, etc..) e para os humanos (Sars Cov, Mars Cov, ebola, etc) (BONA, 2020, pp. 5-6).

A partir dessa perspectiva, observa-se a Covid-19 inseparável dos processos globais de destruição da natureza, em que as monoculturas têm arrasado com os pulmões da terra, bem como com uma dimensão da plantação que marca as comunidades e favelas atravessadas pelas dinâmicas migratórias das plantations. Olhar a relação entre Covid-19 e plantação é entender que o antídoto para enfrentar a doença não se encontra apenas na descoberta de fármacos e vacinas, mas também no combate a “outro potente vírus que ameaça a sobrevivência de todas as espécies: a tendência humana a colonizar e devastar todo o planeta, ao custo do próprio sacrifício humano, junto ao sacrifício vegetal e animal” (NASCIMENTO, 2021, p. 203). É preciso conjurar o cosmocídio.

Não obstante, a emergência e proliferação do Sars-CoV-2 a partir de Wuhan nos mostra claramente que as fronteiras entre as florestas, as metrópoles e a plantação tendem cada vez mais a desaparecer, favorecendo a disseminação acelerada em escala global. Mas fazer desaparecer as fronteiras significa também fazer desaparecer o “fora” e, a partir desse entendimento, Bona (2020, p. 6) pergunta: “Então, como escapar, onde encontrar refúgio?”.

Voltemos às discussões apresentadas por Katherine McKittrick (2021), na medida em que tomar a plantação como chave analítica nos permite mapear geografias negras específicas, consideradas muitas vezes empobrecidas e violentas. A plantação nos remete a uma forma finda em si mesma, em que a segregação e a violência foram capazes de criar um modo de vida diferente cuja organização já continha/contém em si mesma a liberdade e a futuridade. A vida na plantação atinge seu limite, exige que se permaneça vivo, que se viva o suficiente para a cidade e se promova políticas situadas mais humanas e viáveis. Nesse ponto, as reflexões encontram-se com a ideia de refúgio em Bona (2020), ou seja, na medida em que as fronteiras entre florestas, cidades e a plantação tendem cada vez a desaparecer, não há mais um fora para onde mirar e ir. O refúgio, nesse sentido, passa a ser, as próprias comunidades, seus atos e tecnologias de manter-se vivas/os, sua capacidade capilar de produzir marronagens, quilombismos e mocambagens em formas dinâmicas e intercambiáveis. É isso que interessa neste artigo: os processos de marronagens e quilombismos no âmbito das favelas como formas de resistir e combater a pandemia de Covid-19.

Marronagens faveladas: rastros e refúgios de vida

Partindo das considerações anteriores, observei, como dito, os boletins *De olho no corona!*, publicados entre março de 2020 e dezembro de 2020, produzidos pela Redes da Maré. Meu intuito não é fazer um estudo detalhado do vasto conteúdo apresentado nos 25 boletins publicados durante quase todo o primeiro ano da pandemia de Covid-19, mas usá-los como faróis para fazer ver e dizer os processos de organização comunitária e como as populações residentes nas 16 favelas do Complexo da Maré produziram diferentes agências e articulações para dar conta de combater a Covid-19.

Se a lente epistêmico-metodológica da plantação tem conduzido as reflexões sobre a Covid-19 nas favelas, com certeza as práticas de marronagens e quilombismos são dela indissociáveis, entendendo-as além das comunidades remanescente e geograficamente definidas, mas como “formas de luta, de criação e de organização popular” (BONA, 2020, p. 23). Para Bona (2020), a marronagem, como forma de insurreição e fuga, é inseparável da plantação e já se encontrava em África, na Ilha de São Tomé em 1555, por meio da presença de registros de insurreições (de escravizadas/os) nas plantocracias, o que a torna um fenômeno transatlântico. Como a plantação atravessou o espaço e o tempo, a marronagem ou o quilombismo constituem “um tipo de resistência que pode ser acionada e pensada para além do próprio contexto escravista” (BONA, 2020, p. 19). Em diálogo com essa ideia de quilombo, ampliada para além da territorialidade, distinguem-se as reflexões da intelectual negra Beatriz Nascimento nas décadas de 1970 e 1980. Em *Orí*, filme-documentário de Rachel Gerber, com texto e narração de Beatriz Nascimento, encontramos a seguinte passagem:

Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com

o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (ORÍ, 1989).

É esse sentido de marronagem e quilombo que nos interessa neste texto e que conflui para as análises de outro intelectual negro, Abdias do Nascimento. Nesse percurso, leem-se os movimentos, as respostas, percepções e construções individuais e coletivas dos moradores do Complexo da Maré pela imersão caleidoscópica do boletim *De olho no corona!*. Logo que a pandemia apareceu como uma realidade concreta no Brasil, o primeiro número do boletim foi lançado, entre março e abril de 2020. Sua capa, que permaneceu a mesma por muitas edições posteriores, apenas com alteração da cor, trazia estampada, ao fundo, a imagem midiaticamente já difundida do coronavírus com suas antenas vermelhas. Partindo da campanha “Maré diz NÃO ao coronavírus”, o “não” era a reafirmação da vida necessariamente vivida para se manter vivas/os.



Figura 1:
Boletim *De olho no corona!* –
março/abril 2020⁴

⁴ Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/B-DeOlho_01G.pdf

Nesse primeiro número, já se encontrava divulgado um contato de WhatsApp como forma de mapear e conduzir a situação no âmbito das comunidades, onde a subnotificação dos casos já se apresentava como um dos principais problemas. Este é um ponto que merece consideração: subnotificar é tecnologia necropolítica. Na medida em que a comunidade se articula e começa a desenvolver sistemas de rastreamento, anotação e triagem com o objetivo de construir notificações mais fidedignas à realidade, uma máquina tecnológica contracolonial é acionada. O primeiro boletim também tornava visíveis os grandes enfrentamentos que as favelas da Maré teriam de encarar, principalmente em relação ao acesso às redes de cuidado em saúde. Entre as primeiras demandas que apareceram, a partir das vozes de moradoras/es, estavam: informações sobre os sintomas da Covid-19, orientações sobre acesso ao sistema de saúde e a medicamentos e equipamentos de proteção individual e demandas relacionadas à segurança alimentar e à gratuidade no momento do sepultamento. Destaca-se, já no primeiro boletim, o que viria a ser um dos maiores enfrentamentos e desdobramentos da Covid-19: o aumento da insegurança alimentar.

O segundo boletim, de 14 de maio de 2020, continua denunciando as condições de acesso para diagnóstico e tratamento da Covid-19. Os números de pacientes aguardando leitos e testagens começam a compor a publicação, bem como o número de infectadas/os e de óbitos, que aparece em um mapa da comunidade singularizado em cada uma das 16 favelas. O acesso à rede de cuidado passa a ocupar o centro das preocupações dos moradores, denunciando como as iniquidades sociais e raciais atingem diretamente as populações mais suscetíveis às vulnerações. Ainda não encontramos falas diretas de moradoras/es, mas a construção do boletim reflete um processo de interação contínuo com o território e apresenta um mapeamento dos problemas e das possíveis soluções para os problemas enfrentados.

O boletim nº 4, de 28 de maio de 2020, apresenta o debate dos marcadores sociais e dinâmicos da diferença — cor/raça, gênero e faixa etária. Negros e mulheres sobressaíram nos dados. Até aquele momento, 369 pessoas eram casos suspeitas ou confirmados de Covid-19 na Maré. Dessas, 69% se declararam pretas e pardas e 66% eram mulheres, evidenciando o que salientei anteriormente: a necessidade de entender a pandemia a partir da *perspectiva* bionecropolítica genderizada. Outro dado interessante refere-se à diferença de internações: pessoas brancas conseguem acessar a hospitalização, enquanto a população negra é a que menos acessa os dispositivos emergenciais e hospitalares, além de figurar no maior percentual nos óbitos.

No boletim nº 5, pela primeira vez, aparecem os relatos de moradoras/es, ora contando sobre si mesmas/os, ora sobre um/a parente, falando sobre os sintomas e desafios no âmbito do território e da rede de serviços para diagnosticar e tratar a Covid-19. Destacam-se os seguintes relatos, extraídos do boletim nº 5:

Meu companheiro começou a apresentar sintomas como febre e calafrios. Estávamos cuidando em casa até que os sintomas se agravaram e procuramos uma Clínica da Família na Maré. Foi recomendado que ele voltasse pra casa e ficasse em isolamento, pois estava apresentando sintomas leves. Após algumas horas do atendimento, meu

companheiro apresentou muita falta de ar e desmaiou. Levamos ele para o Hospital Evandro Freire onde foi intubado imediatamente. Ele morreu uma semana depois.

Estive em São Paulo e, quando voltei, comecei a ter febre, calafrios, vômito, diarreia, tosse e dor nas costas. No início do mês, busquei atendimento na Clínica da Família e não consegui atendimento por apresentar sintomas leves. Fui para uma clínica particular, fiz exame de raio-x e estava com 50% do pulmão comprometido. O médico me orientou a ir para o hospital, pois precisava internar. Fui no Hospital Municipal Evandro Freire e demorei muito para ser atendida, quando recebi atendimento médico, disseram que, de fato, eu precisaria de internação, mas não tinham vaga. O médico disse que eu tinha a opção de esperar em uma cadeira no corredor ou fazer o tratamento em casa. Fui para casa, gastei mais de R\$ 300 com remédios. Um dinheiro que eu não tinha. Minha família está vivendo do bolsa família e com o valor do auxílio emergencial.

O boletim nº 8 trouxe como destaque as operações policiais nas favelas durante a pandemia e a relação de sua redução com a possibilidade de salvar vidas, pois, na medida em que as operações acontecem, muitas atividades de combate à Covid-19, como a distribuição de cestas e o acesso das Unidades Básicas de Saúde (UBS) precisam ser interrompidas. Distingue-se o boletim nº 10, que abordou a relação entre a pandemia e a população em situação de rua, trazendo as conexões entre pandemia, moradia (não moradia), alimentação (insegurança alimentar) e trabalho (diminuição/ausência de empregos). Além dele, destaca-se também boletim nº 12, centrado na educação escolar (criança e adolescentes) em tempos de pandemia e destacando questões cruciais, como a falta de políticas educacionais para suprir principalmente os recursos materiais, como equipamentos e acesso à internet, fundamentais para a efetiva participação nas aulas remotas. Mais uma vez, ficavam evidentes as extremas vulnerabilidades que atingem não apenas mulheres e homens, mas crianças e adolescentes, bem como a população idosa e LGBTQI+ nos cenários de favelas.

A edição nº 14 apresentou como tema central “Os impactos da pandemia na saúde mental da população da Maré”, tornando visível o adensamento do sofrimento psíquico das/os moradoras/es em decorrência do agravamento da situação de fragilidades e precarização da rede de atenção psicossocial que presta atendimento ao território do Complexo da Maré. Seguiram-se assuntos primordiais para o território, como a insegurança alimentar, enfrentada com a distribuição de cestas básicas, a precariedade do saneamento básico e a necessidade de enfrentá-lo, além de infográficos mostrando a situação da Covid -19 em dados, entre outros. No boletim nº 1, publicado em março/abril de 2020, o número de moradores infectados e/ou com suspeita de infecção totalizava 146 pessoas; 18 já tinham morrido. O boletim nº 25, último boletim publicado na série analisada, lançado em dezembro de 2020 na forma de edição especial, apresentava uma retrospectiva da pandemia no Brasil, no Rio de Janeiro e na Maré. Ele trazia os seguintes dados: de 8 a 14 de dezembro havia 1.205 casos acumulados, 127 novos casos na semana, 137 óbitos acumulados e um novo óbito por semana.

Mais do que se concentrar na morte ou numa história de morte, toma-se esses dados como a expressão do que significam os cenários das favelas no enfrentamento da pandemia de março a dezembro de 2020, mas também como forma de se fazer visível e dizível por meio das inúmeras redes criadas e recriadas cotidianamente. Como argumenta Mbembe (2021b) em *Brutalismo*, sua última obra publicada, traduzida para o português, o brutalismo “é, de fato, onde as possibilidades de declínio são as mais gritantes (...) é também onde as possibilidades de metástases criativas são as mais propícias (...)” (p. 31).

Esses processos, tomados pelas lentes da marronagem e do quilombismo, são imprescindíveis para as formas de organização comunitária e solidária que as vidas pretas constroem a todo instante para se manter vivas, esticar as vidas dentro do possível e construir outros possíveis. Apesar de não aparecer de forma explícita nos boletins analisados, a organização da comunidade foi vital para que as consequências da Covid-19 não fossem ainda mais graves. Foi possível constatar, tanto no site da Redes da Maré como em outros dispositivos midiáticos, as formas como as favelas e, em particular, as favelas do Complexo da Maré, ativaram tecnologias pretas e quilombolas, afrodiaspóricas, marcadas pela solidariedade. Desde cartazes conscientizando a população, passando pelas costureiras que se colocaram disponíveis para fazer máscaras de proteção, até as organizações mais capilares e cotidianas, o complexo de favelas da Maré respondeu com persistência à Covid-19. No necrotempo eivado de colonialidade, as forças das resistências viscerais cotidianas, presentes na ideia de necrotopo, como tomada neste texto, persistem ao tempo dos assassinos. As comunidades logo se organizaram, como sempre, para enfrentar a Covid-19, fazendo valer uma agência negra cotidiana que toma as complexidades e singularidades de cada lugar.

Conclusão

O dia seguinte

Diante das inquietações que este texto apresenta, ressoam interrogações. Como pensar o dia seguinte? Há um futuro porvir? Que futuro será esse? Há um novo normal? Para quem? Como será o mundo pós-Covid-19? Essas nos parecem ser algumas das incertezas que atravessam inúmeras narrativas neste tempo de agora, do instante, do fragmento de segundo que se esvai na leitura dessas linhas. Sobreleva-se que o tempo, nas experiências raciais negras, é marcado, antes de tudo, pela atemporalidade da violência racial que, como uma flecha, atravessa a tudo e a todos.

A bio-necropolítica, o necropoder e a necroeconomia que atravessam agudamente certos corpos-subjetividades têm muito a nos dizer, principalmente a nós que somos atravessados por uma colonialidade atualizada e reatualizada a todo instante. Com sabedoria ancestral, Ailton Krenak (2021) anuncia: “Nós costumamos debater a colonização numa perspectiva pós-colonial. A colonização é, é aqui e agora. Pensar que nós estamos

discutindo práticas coloniais como alguma coisa pretérita, que já foi e agora nós só estamos limpando, é uma brincadeira” (p. 244).

Pensar o dia seguinte, tomada por esse aprendizado, evoca a necessidade de encarar o passado como presente e de arrancar do futuro aquilo que já está nele depositado. Silvia Rivera Cusicanqui (2019) nos apresenta um aforismo presente entre o povo Aimara que diz o seguinte: *Quipnayra uñtasis sarnaqapxañani* — “olhando atrás e adiante podemos caminhar no presente futuro”. Cusicanqui (2019, s.p.) nos diz “que o passado está diante de nós. Isto é muito comum a muitas línguas indígenas. Há muitas línguas indígenas que concebem o passado como algo que tu vês pela frente; o futuro, no entanto, não o conheces e por isso está atrás, nas costas⁵”.

Ter o passado à nossa frente nos convoca a, ética e politicamente, perceber a colonialidade persistente marcada por assimetrias profundas que nos exigem pensar as complexidades do que significa atravessar a pandemia de Covid-19, bem como nos impele para a *adinkra Sankofa*, representada por um pássaro com a cabeça inclinada para trás, que, entre os povos Akan, em uma tradução literal, significa “não é tabu buscar o que corre o risco de ficar para trás”.

Se há um dia seguinte, ele só será possível se conseguirmos reinventar outro sentido de comunidade, reparar “aquilo que se quebrou” (MBEMBE, 2021b, p. 19). Precisamos, para isso, arrancar do futuro sob as nossas costas tudo aquilo que nos condena. Isso só será possível com uma política de reparação e de justiça étnico-racial, de gênero e territorial, no mínimo.

Que aprendamos com as favelas.

Fátima Lima é professora do Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) o Centro Multidisciplinar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre pelo (PPGA) Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

⁵ Traduzido do original: “que el pasado está por delante de nosotros. Esto es común a muchas lenguas indígenas. Hay varias lenguas indígenas que conciben el pasado como algo que tu ves por delante; el futuro, sin embargo, no lo conoces y por eso está atrás, en la espalda”.

Referências

- BOLETIM Conexão Saúde: de olho no corona. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2020. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes#livros>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- BONA, Dénètem Touam. **Cosmopoéticas do refúgio**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2020.
- BORBA, Rodrigo; FABRÍCIO, Branca.; LIMA, Fátima. **Living memories of the changing same: time and race at the crossroads of Rio's linguistic landscape**. (no prelo).
- BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. **Diásporas imaginadas: Atlântico negro e histórias afro-brasileiras**. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 48-54.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Las redes del poder**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GIL, José. O medo. In: PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (Org.). **Pandemia crítica: outono 2020**. São Paulo: Edições Sesc; n-1 edições, 2021. p. 22-24.
- GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 1-6, 2008.
- KILOMBA, Grada. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. 3.ed. Münster: Unrast, 2013.
- KRENAK, Ailton. Do tempo. In: PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (Orgs.). **Pandemia crítica: outono 2020**. São Paulo: Edições Sesc; n-1 edições, 2021. p. 240-245.
- LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, vol. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.
- LIMA, Fátima. Protocolo de descarte do lixo, contracolônialidade(s) e o dia seguinte. In: PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (Orgs.). **Pandemia crítica: outono 2020**. São Paulo: Edições Sesc; n-1 edições, 2021. p. 377-382.
- LIMA, Fátima; GAMBETTA, Julia. Parem de nos matar: a bionecropolítica genderizada e a persistência de mulheres indígenas e negras na América Latina. **Gênero**, Niterói, vol. 20, n. 2, p. 85-109, 2020.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2021b.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. In: PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (Orgs.). **Pandemia crítica**: outono 2020. São Paulo: Edições Sesc; n-1 edições, 2021a. p. 121-127.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MBEMBE, Achille. Quando o poder brutaliza o corpo, a resistência assume uma forma visceral. In: **Poder brutal, resistência visceral**. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 3-27

MCKITTRICK, Katherine. **Futuros da plantação**. América Latina: Fecundações Cruzadas, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Evando. Notas sobre o coronavírus e a sobrevivência das espécies. In: PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (Orgs.). **Pandemia crítica**: outono 2020. São Paulo: Edições Sesc; n-1 edições, 2021. p. 197-204.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. São Paulo: Angra Filmes, 1989. 1 DVD (91 min).

RIVERA CUSICANQUI, S. Silvia Rivera Cusicanqui: "Tenemos que producir pensamiento a partir de lo cotidiano". [Entrevista cedida a] Kattalin Barber. **Alice News**, Coimbra, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://alicenews.ces.uc.pt/?lang=1&id=23864>. Acesso em: 18 maio 2020.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Lavar as mãos, descolonizar o futuro. In: PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (Orgs.). **Pandemia crítica**: outono 2020. São Paulo: Edições Sesc; n-1 edições, 2021. p. 54-64.

SANTANA, Tiganá. Breves considerações sobre um traduzir negro ou tradução como feitiçaria. **Revista Landa**, Florianópolis, vol. 7, n. 1, p. 5-16, 2018.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina da Imagem Política; Casa do povo, 2019.

Como citar:

LIMA, Fátima. Persistências no necrotempo pandêmico: Favelas, marronagem e o dia seguinte. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 11-26, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>